

Pertencimento e identidade docente: uma análise a partir do Projeto Político Pedagógico¹

Resumo

Este artigo discute os sentidos de pertencimento e a constituição da identidade docente no cotidiano escolar de escolas na rede estadual de ensino em Florianópolis, São José e Palhoça, em Santa Catarina, a partir da análise de uma pesquisa-formação realizada com oito professoras da educação básica. A investigação, de abordagem qualitativa, valeu-se de entrevistas narrativas com docentes, observações em espaços coletivos da escola e análise dos Projetos Político Pedagógicos (PPP) das instituições participantes. Com base no referencial da Pedagogia e da Didática Crítica e de autores como Paulo Freire, Roberto Sidnei Macedo e Miguel Arroyo, problematiza-se como os vínculos afetivos, culturais e políticos entre educadoras e escola influenciam os processos de (re)construção do PPP e a resignificação da função social da escola. Os discursos docentes revelam um PPP atravessado por tensões e possibilidades, disputas e resistências, sendo compreendido ora como um documento formal, ora como um acontecimento vivo, em permanente (re)construção. O estudo indica que o sentimento de pertencimento à escola e a constituição de identidades docentes são dimensões essenciais para a participação qualificada das educadoras nos processos de formulação do PPP. Busca-se compreender como as trajetórias pessoais, as experiências pedagógicas e as práticas docentes contribuem para o fortalecimento de uma escola democrática, cidadã e socialmente referenciada.

Palavras-chave: identidade docente; pertencimento; didática crítica; projeto político pedagógico; cultura escolar.

Rosimeri Jorge da Silva

Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC – Florianópolis/SC –
Brasil
rosejorgesilva@gmail.com

Para citar este artigo:

SILVA, Rosimeri Jorge da. Pertencimento e identidade docente: uma análise a partir do Projeto Político Pedagógico. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 27, n. 63, p. 135-151, jan./abr. 2026.

DOI: 10.5965/1984723827632026135

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723827632026135>

¹ Este artigo é derivado da tese de doutorado intitulada “Docência e Projeto Político Pedagógico no contexto da Educação Básica: percepções e processos dialógicos na construção das funções sociais da escola”, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Belonging and teacher identity: an analysis based on the Pedagogical Political Project

Abstract

This article discusses the senses of belonging and the constitution of teacher identity in the daily school life of state schools in Florianópolis, São José, and Palhoça in Santa Catarina, based on the analysis of a research-training project conducted with 8 basic education teachers. The qualitative investigation used narrative interviews with teachers, observations in collective spaces within the school, and analysis of the Political-Pedagogical Projects (PPP) of the participating institutions. Based on the framework of Critical Pedagogy and Didactics and authors such as Paulo Freire, Roberto Sidnei Macedo, and Miguel Arroyo, it problematizes how the affective, cultural, and political bonds between educators and the school influence the processes of (re)constructing the Political-Pedagogical Project (PPP) and the re-signification of the school's social function. Teacher discourses reveal a Pedagogical Project (PPP) traversed by tensions and possibilities, disputes and resistance, understood sometimes as a formal document and sometimes as a living event, in permanent (re)construction. The study indicates that the feeling of belonging to the school and the constitution of teacher identities are essential dimensions for the qualified participation of educators in the PPP formulation processes. It seeks to understand how personal trajectories, pedagogical experiences, and teaching practices contribute to the strengthening of a democratic, civic, and socially referenced school.

Keywords: teacher identity; belonging; critical didactics; political pedagogical project; school culture.

Pertenencia e identidade docente: un análisis a partir del Proyecto Político Pedagógico

Resumen

Este artículo discute los sentidos de pertenencia y la constitución de la identidad docente en la vida escolar cotidiana de escuelas públicas de Florianópolis, São José y Palhoça en Santa Catarina, con base en el análisis de un proyecto de investigación-formación realizado con 8 maestros de educación básica. La investigación cualitativa utilizó entrevistas narrativas con maestros, observaciones en espacios colectivos dentro de la escuela y análisis de los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) de las instituciones participantes. Con base en el marco de la Pedagogía Crítica y Didáctica y autores como Paulo Freire, Roberto Sidnei Macedo y Miguel Arroyo, problematiza cómo los vínculos afectivos, culturales y políticos entre educadores y la escuela influyen en los procesos de (re)construcción del Proyecto Político-Pedagógico (PPP) y la resignificación de la función social de la escuela. Los discursos docentes revelan un Proyecto Pedagógico (PPP) atravesado por tensiones y posibilidades, disputas y resistencias, entendido a veces como un documento formal y a veces como un evento vivo, en permanente (re)construcción. El estudio indica que el sentimiento de pertenencia a la escuela y la constitución de identidades docentes son dimensiones esenciales para la participación cualificada de los educadores en los procesos de formulación del PPP. Busca comprender cómo las trayectorias personales, las experiencias pedagógicas y las prácticas docentes contribuyen al fortalecimiento de una escuela democrática, cívica y con referencia social.

Palabras clave: identidad docente; pertenencia; didáctica crítica; proyecto político pedagógico; cultura escolar.

1 Introdução

A escola é um espaço simbólico e material de construção de sentidos, memórias e projetos coletivos. A partir do cotidiano escolar, são tecidas as relações entre sujeitos, saberes, territórios e disputas. Este artigo parte da compreensão de que a identidade docente não é um dado estático, mas um processo histórico e relacional, constituído em meio a experiências, embates e sentidos atribuídos ao fazer docente. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola se apresenta como lugar de produção e disputa de identidades, ao mesmo tempo em que expressa e influencia o sentimento de pertencimento das educadoras ao coletivo escolar.

A escolha por discutir o pertencimento e a identidade docente no interior da escola pública parte de uma trajetória de mais de três décadas de atuação na educação básica. Esse percurso evidencia um distanciamento entre o que está escrito nos PPP e aquilo que é vivido pelas professoras no cotidiano escolar. Tal distanciamento aponta para uma tensão entre a formalidade do documento e a prática pedagógica concreta, marcada por desafios, improvisações, resistências e invenções cotidianas. Diante disso, tornou-se fundamental compreender o PPP não apenas como um instrumento de gestão, mas como um território de significações e disputas que incide diretamente sobre a construção das identidades docentes.

A perspectiva adotada é alimentada pela experiência da pesquisadora em escolas de periferia, movimentos sindicais e fóruns de educação, que revelam como o PPP pode ser tanto uma ferramenta de controle quanto de emancipação. Essa ambivalência está presente nas falas das professoras entrevistadas, que ora se sentem excluídas do processo de elaboração do documento, ora se mobilizam coletivamente para ressignificá-lo. Assim, investigar a forma como as docentes percebem o PPP é também investigar os modos como constroem sua identidade profissional e seu pertencimento à escola.

A pesquisa da qual este artigo deriva foi desenvolvida com base na pesquisa-formação, em quatro escolas da rede pública estadual de Santa Catarina. Essas instituições estão localizadas nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça, que apresentam características heterogêneas em termos de território, composição estudantil e organização pedagógica, o que repercute no modo como o Projeto Político Pedagógico

é concebido, disputado e vivido no cotidiano escolar. As entrevistas com docentes revelaram que a identidade profissional e o pertencimento à escola são atravessados por questões como gênero, trajetórias de formação, experiências de exclusão e inclusão, vinculação afetiva com o território escolar e participação nos processos de elaboração do PPP. A investigação procurou compreender como esses elementos influenciam a maneira como as professoras percebem sua inserção na escola e sua relação com o PPP.

Ao dar visibilidade às narrativas das docentes, pretende-se contribuir para a compreensão do PPP como prática social situada, relacional e viva. A análise que propomos neste artigo está ancorada em parte nos resultados da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, em diálogo com o marco teórico da Pedagogia e da Didática Crítica (Silva, 2024).

2 Caminhos metodológicos

A metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa-formação, tal como proposta por Roberto Sidnei Macedo (2020), concebida como uma prática investigativa e formativa articulada ao contexto vivido. Essa abordagem parte do princípio de que a pesquisa é, ao mesmo tempo, um espaço de produção de conhecimento e de formação dos sujeitos envolvidos, em um processo que conjuga vida, território, afetos e historicidade. Alinhada a uma perspectiva qualitativa, a pesquisa-formação valoriza o caráter subjetivo, relacional e situado dos dados, considerando-os como construções que emergem do encontro entre pesquisadora e participantes, mediado pelo contexto escolar (Macedo, 2020).

A pesquisa foi realizada em quatro escolas públicas estaduais de Santa Catarina, inseridas em comunidades marcadas por desigualdades sociais e econômicas, mas também por fortes vínculos de pertencimento entre educadoras, estudantes e famílias. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas narrativas com oito docentes das escolas, observações participantes em reuniões pedagógicas, conselhos de classe e momentos de planejamento coletivo, além da análise documental dos Projetos Político Pedagógicos construídos ao longo dos últimos anos.

A escolha pelas entrevistas narrativas se justifica pelo objetivo de compreender não apenas os discursos das participantes, mas suas histórias de vida, trajetórias de formação, experiências de trabalho e sentidos atribuídos à docência e ao PPP. O trabalho de campo foi desenvolvido entre 2020 e 2024, período em que se realizaram as entrevistas narrativas, as observações e a sistematização dos registros. Essa escuta atenta permitiu mapear os modos como as educadoras constroem sua identidade profissional e seus vínculos com a escola. Os registros das observações contribuíram para identificar como o PPP é (re)significado nas práticas cotidianas e como os espaços de formação coletiva funcionam como territórios de resistência e criação.

As participantes, em sua maioria mulheres, com idades entre 35 e 60 anos, possuem graduação e pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu*, e trajetórias marcadas pela militância sindical, participação em movimentos sociais e atuação em contextos escolares periféricos. Suas narrativas evidenciam um compromisso ético e político com a escola pública, bem como uma consciência crítica sobre os desafios estruturais que atravessam seu cotidiano profissional.

Os discursos produzidos pelas professoras revelam ainda elementos que dizem respeito à constituição de vínculos, à identificação com os princípios da escola e à valorização do fazer docente como ação política. Mais do que relatar vivências, as professoras compartilharam reflexões sobre a função social da escola, a importância da escuta mútua e o papel formativo do PPP como instrumento de construção coletiva. A análise dos dados realizou-se à luz de perspectivas teóricas do campo da vertente crítica da área da educação e da Didática, especialmente dos aportes de Freire (2019), Arroyo (2013), Macedo (2020), Bazzo (2019, 2022, 2023) e Veiga (1996), que permitiram compreender o PPP como espaço de articulação entre práticas, sujeitos e sentidos de pertencimento.

3 Entre o vivido e o político: a construção da identidade docente

A identidade docente é compreendida como uma construção histórica, cultural e social, resultante das múltiplas experiências vividas pelas professoras ao longo de sua trajetória (Nóvoa, 1995). Trata-se de um processo marcado por disputas simbólicas e relações de poder que se manifestam no cotidiano escolar (Nóvoa, 1995; Dubar, 2005).

Arroyo (2013) aponta que os rostos femininos do magistério carregam as marcas das desigualdades estruturais, da resistência e das lutas por reconhecimento, sendo essas marcas parte constitutiva da docência.

Freire (2019), ao tratar da dimensão política da educação, reforça que a formação docente ocorre no diálogo com o mundo e com os outros, sendo mediada por práticas concretas e por experiências de participação coletiva. Ao afirmar que a educação ocorre nos encontros entre as pessoas que são mediatizadas pelo mundo das coisas, das palavras e das relações, Freire (2019) convoca os sujeitos docentes à construção de um projeto coletivo de escola, enraizado na realidade vivida e comprometido com a transformação social.

A identidade docente, nesse sentido, se constrói em permanente tensão entre o instituído e o instituinte, como assinala Macedo (2020), e encontra no coletivo escolar um espaço privilegiado de formação e reconstrução de sentidos. A cultura escolar, composta por valores, normas, práticas e símbolos compartilhados, contribui para a configuração da subjetividade docente e influencia diretamente o sentimento de pertencimento à escola (Bazzo, 2019, 2022, 2023; Candau, 2000; Forquin, 1993). Sem dúvida, a escola não pode ser compreendida como um espaço neutro, pois é atravessada por conflitos, memórias e projetos distintos que influenciam de modo decisivo a forma como o PPP é concebido, elaborado e vivenciado (Silva, 2024).

Nesse cenário, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deixa de ser um mero instrumento de planejamento e passa a ser compreendido como um dispositivo político, ético e simbólico, que opera sobre os modos de ser docente, os vínculos com a escola e a função social do trabalho educativo (Macedo; Silva, A; Silva, J, 2023; Veiga, 1996). Diante dessa proposição, o PPP constitui-se como um espaço de inscrição das histórias e dos sujeitos e, quando construído de modo participativo, transforma-se em um acontecimento formativo capaz de fortalecer vínculos e potencializar uma ação docente comprometida (Silva, 2024).

A articulação entre pertencimento e identidade docente se dá, assim, na experiência concreta do fazer educativo. Como aponta Pimenta (2012), a profissionalização docente exige que se reconheça a escola como território formativo e que se valorize a escuta, a colaboração e a construção de projetos coletivos. Nesse

horizonte, o PPP aparece como eixo articulador entre os sujeitos e a escola, permitindo que se teçam sentidos comuns, que se ressignifiquem memórias e que se fortaleça o compromisso ético-político com a escola pública.

As falas das docentes evidenciam que o pertencimento se constrói na vivência cotidiana da escola e está diretamente ligado à forma como participam dos processos coletivos. Uma professora afirma que “o sentido de ser professora vai além do cumprimento de tarefas; é uma relação com o território, com os estudantes e com a história da comunidade escolar”. Outras relatam que o vínculo se fortalece “pela permanência no mesmo território e pela identificação com os valores e compromissos da escola”, destacando que só se sentiram parte do coletivo quando foram convidadas a participar das discussões sobre o PPP. Em outra entrevista, uma docente sintetiza esse movimento ao afirmar: “Se não tem alguém que puxe e se disponibilize, tem que tentar captar a ideia, o que o grupo está querendo”.² Esses depoimentos mostram que o pertencimento emerge como dimensão afetiva, política e formativa, intimamente relacionada ao modo como cada professora é reconhecida e como se reconhece no projeto da escola.

Ao observarmos essas falas, compreendemos que o pertencimento está intrinsecamente ligado às experiências que conformam a identidade docente e ao modo como cada professora se implica no projeto da escola. As educadoras entrevistadas expressam que o pertencimento não é dado, mas construído nas experiências cotidianas, nos encontros com os estudantes, nas lutas políticas, nos conselhos de classe e nos momentos de escuta mútua. Essa vivência se traduz em formas de engajamento com o PPP que não se limitam ao texto oficial, mas se expandem para os gestos, as práticas e os compromissos assumidos coletivamente.

Portanto, compreender o PPP como campo de formação e de disputa de sentidos exige reconhecer sua natureza viva, fluida e situada. Essa perspectiva epistemológica aproxima-se da pedagogia crítica e do pensamento freiriano, ao afirmar que a transformação da escola passa necessariamente pelo (re)conhecimento das educadoras como autoras, sujeitas coletivas dos projetos educativos.

² Entrevistas de pesquisas concedidas em 22 de agosto, 29 de agosto e 27 de setembro de 2022, nas cidades de Florianópolis, Palhoça e São José.

4 O pertencimento como experiência formativa

O sentimento de pertencimento à escola apareceu nas falas das docentes como uma dimensão afetiva e política. Algumas professoras relataram que só se sentiram parte da escola ao serem convidadas a participar das discussões do PPP. Outras expressaram frustração por não se reconhecerem nos objetivos e nas metas do documento oficial. A ausência de escuta e de participação foi apontada como um fator de afastamento e desmobilização. Esse sentimento de exclusão revela o quanto a ausência de espaços dialógicos impacta na identidade profissional, desarticulando os vínculos entre o projeto institucional e o cotidiano vivido pelas educadoras.

Ao mesmo tempo, as educadoras destacaram que o sentido de ser professora vai além do cumprimento de tarefas: é uma relação com o território, com os estudantes e com a história da comunidade escolar. O pertencimento é construído nas relações cotidianas, nos gestos de cuidado, nos conflitos e nas pequenas vitórias compartilhadas. Não se trata apenas de ocupar um cargo ou função, mas de integrar uma coletividade que se reconhece como parte constitutiva da escola.

Para muitas docentes, o vínculo com a escola foi sendo tecido ao longo do tempo, por meio da escuta dos colegas, da acolhida das famílias, da permanência no mesmo território, e da identificação com os valores e os compromissos da instituição. Essa vivência cotidiana produz um sentimento de “ser da escola”, que se traduz em ações concretas de envolvimento com os estudantes, com os eventos escolares e com os projetos coletivos. Essa dimensão afetiva do pertencimento, embora muitas vezes desconsiderada pelas políticas educacionais, aparece como elemento estruturante da permanência docente e da resistência frente às adversidades.

Além disso, o sentimento de pertencimento emerge como um elemento formativo, que fortalece a construção da identidade docente a partir de um lugar de enraizamento. As professoras relatam que se sentem parte da escola quando podem contribuir com ideias, participar das decisões, e perceber que sua trajetória é reconhecida pelo coletivo. Isso se alinha à compreensão de Macedo (2020), ao afirmar que o pertencimento é uma categoria política, que dá sustentação à atuação docente ao articular história de vida e projeto coletivo.

Entende-se que o PPP pode atuar como dispositivo de implicação formativa. Ou seja, quando as educadoras se veem refletidas no documento, quando percebem que suas lutas e desejos estão presentes nos objetivos da escola, o PPP deixa de ser um papel institucional e passa a ser expressão de um projeto coletivo. Essa implicação não é automática; ela exige processos de formação continuada, escuta com acolhimento, espaços de encontro e diálogo pedagógico.

Em uma das entrevistas, uma professora afirmou: “quando a gente escreve o PPP junto, a escola passa a ser mais nossa”³. Esse depoimento ilustra o potencial formativo do PPP quando ele é construído coletivamente. Mais do que planejar ações, trata-se de construir pertencimento. O movimento de elaboração participativa do PPP torna-se, assim, um processo de formação docente que vai além da técnica: é ético, político e relacional.

Como nos lembra Veiga (1996), o PPP deve ser a expressão da cultura da escola e das pessoas que nela atuam. O afastamento das professoras em relação ao PPP indica que, quando desconsideradas em suas trajetórias e em sua escuta, elas tendem a não se ver representadas no projeto de escola. Isso revela a importância de processos formativos coletivos que promovam o diálogo entre experiências docentes e os objetivos institucionais. Assim, o pertencimento não é uma condição dada, mas uma conquista cotidiana que se realiza na medida em que a escola reconhece e valoriza suas educadoras como sujeitos históricos e políticos.

5 Identidade docente e PPP: atravessamentos e disputas

A identidade docente configura-se como um constructo atravessado pelas trajetórias pessoais, pelos desafios vivenciados no cotidiano profissional e pelos projetos e expectativas que mobilizam o projeto político pedagógico (Silva, 2024). Neste contexto, tal identidade aparece nas narrativas como um processo de constante (re)construção, atravessado por experiências de formação, sentimentos de pertencimento, desafios cotidianos e interações com colegas, estudantes e famílias. As participantes relatam que

³ Entrevistas de pesquisas concedidas em 22 de agosto, 29 de agosto e 27 de setembro de 2022, nas cidades de Florianópolis, Palhoça e São José.

o PPP, quando vivenciado de forma coletiva e reflexiva, contribui para o fortalecimento dessa identidade.

Por outro lado, quando é imposto de forma verticalizada, desarticulado da realidade escolar, ele tende a ser ignorado ou rejeitado. Essa relação ambígua entre o PPP e a prática cotidiana evidencia o quanto o projeto pode ser, ao mesmo tempo, ferramenta de controle ou de emancipação, dependendo de como é construído e apropriado pelos sujeitos da escola.

A análise das narrativas revelou que muitas vezes existem dois PPP: o documento oficial e o projeto vivido. O primeiro se apresenta como um texto técnico, por vezes distantes da realidade escolar; o segundo é tecido no cotidiano, nas práticas pedagógicas, nas decisões coletivas e nas resistências construídas ao longo do tempo. Esse descompasso desafia a efetiva construção de uma escola democrática e evidencia a necessidade de processos formativos permanentes e implicados com a realidade escolar.

A diferenciação entre o PPP prescrito e o PPP vivido dialoga diretamente com o que Veiga (1996) compreende como a dimensão cultural do projeto pedagógico: um movimento construído no cotidiano escolar, permeado por sentidos, valores e práticas coletivas. Da mesma forma, em Freire (2019), o projeto educativo não se reduz ao documento, mas se realiza nas relações dialógicas, na participação das educadoras e na historicidade das práticas. Assim, os “dois PPPs” expressam a tensão permanente entre prescrição e experiência, entre o texto oficial e o projeto que efetivamente se materializa na vida da escola.

Como aponta Macedo (2020), o PPP não deve ser compreendido como um produto acabado, mas como uma prática situada, em constante movimento. Essa concepção exige o reconhecimento das educadoras como sujeitos históricos e políticos, capazes de produzir saberes a partir de sua experiência. Nesse sentido, a construção da identidade docente está intrinsecamente relacionada à possibilidade de se ver representada no projeto da escola e de participar ativamente de sua elaboração.

As professoras relataram que a distância entre o PPP e o cotidiano se relaciona, em muitos casos, com a ausência de espaços de escuta, com a fragmentação da formação continuada e com a falta de tempo para o planejamento coletivo. Há indícios de que essa

lacuna também se origina na formação inicial, muitas vezes pouco problematizadora da importância do Projeto Político-Pedagógico. Tal constatação suscita o questionamento sobre em que medida os cursos de formação docente têm, de fato, promovido a reflexão crítica acerca do papel social da escola e do PPP como expressão de um projeto coletivo construído no âmbito da comunidade escolar.

As disputas em torno do PPP revelam os limites e as possibilidades da escola pública como espaço de emancipação. Ao mesmo tempo em que se expressa como documento normativo, o PPP pode se tornar campo de resistência e de afirmação identitária. Em uma das entrevistas, uma docente afirmou: “o PPP é o lugar onde a gente pode dizer o que pensa da escola, mas nem sempre tem espaço para isso”⁴. Essa fala sintetiza o conflito entre a função prescritiva do documento e a necessidade de construí-lo como instrumento de participação e expressão dos sujeitos escolares.

As dimensões identitárias mobilizadas neste estudo englobam elementos como trajetória profissional, vínculos afetivos, pertencimento ao território, inserção política no coletivo escolar e sentidos atribuídos à docência. Tais dimensões não se constituem isoladamente, mas se articulam às formas como as educadoras participam dos processos de construção do PPP, reconhecem suas tensões e disputas e produzem sentidos para o projeto pedagógico da escola.

A construção da identidade docente está, portanto, entrelaçada com as condições concretas de trabalho, com as possibilidades de diálogo e com o reconhecimento das educadoras como autoras do projeto pedagógico da escola. O PPP, ao se constituir como espaço de escuta, torna-se também lugar de formação. Como afirma Arroyo (2013), os sujeitos docentes carregam consigo não apenas a função institucional, mas suas memórias, seus desejos e sua história. Quando esses elementos são convocados a dialogar com o projeto de escola, há o fortalecimento da identidade profissional e a possibilidade de construir uma escola mais democrática, justa e significativa.

Dessa forma, reconhecer os atravessamentos e as disputas que permeiam a relação entre identidade docente e PPP é condição para fortalecer práticas pedagógicas

⁴ Entrevistas de pesquisas concedidas em 22 de agosto, 29 de agosto e 27 de setembro de 2022, nas cidades de Florianópolis, Palhoça e São José.

comprometidas com a transformação social. O PPP deixa de ser um fim em si mesmo e se torna meio de implicação, pertencimento e formação contínua.

A percepção das professoras sobre o PPP também está vinculada às suas histórias de formação e às influências que marcaram suas trajetórias. A formação inicial constitui parte desse percurso e, por princípio formativo, tem o compromisso de aproximar a prática cotidiana do projeto de escola. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de fortalecer a reflexão sobre a formação inicial no espaço da escola e de seus projetos, com o intuito de contribuir para o aprimoramento dos currículos dos cursos de formação de professores.

6 A cultura escolar e os coletivos docentes

As professoras destacaram a importância da construção de coletivos docentes para o fortalecimento da identidade e da cultura escolar. Espaços como conselhos de classe, formações continuadas e assembleias escolares foram mencionados como instâncias fundamentais para favorecer o diálogo e o reconhecimento mútuo. Nesse sentido, Silva (2024) observa que a escola ultrapassa a função de ensinar e aprender, constituindo-se também como um espaço de compartilhamento, escuta e resistência, o que reforça sua dimensão cultural e política. A identidade docente, portanto, se robustece no encontro com o outro, na troca de experiências e na produção de sentidos comuns que atravessam e sustentam a cultura escolar.

Ao compreender a escola como um espaço histórico, marcado por memórias, resistências e disputas, é possível reconhecer que o PPP pode ser um instrumento potente de (re)construção coletiva, desde que seja alimentado pelo cotidiano e pelos sujeitos que fazem a escola acontecer. Macedo, A. Silva e J. Silva (2023) propõem o entendimento do PPP como um dispositivo espiralado, permanentemente em construção, que incorpora o vivido, o instituído e o instituinte. Essa visão reforça a necessidade de reconhecer as educadoras como autoras do projeto, atribuindo-lhes o lugar de sujeitos políticos que produzem conhecimento no cotidiano da escola.

Os discursos das docentes apontam que os espaços coletivos de construção do PPP são também lugares de escuta, tensionamento e reinvenção. Como relatou uma das

professoras: “é nas nossas reuniões que a gente se entende, se escuta, às vezes até briga, mas ali também é onde a gente consegue pensar junto o que queremos para a escola”⁵. A assembleia escolar, por exemplo, foi citada como espaço de formação política, em que as diferentes vozes da comunidade escolar são mobilizadas para construir diretrizes comuns.

A valorização desses coletivos implica em compreender que a cultura escolar é constituída pelas práticas, saberes e afetos que circulam no interior da instituição. Arroyo (2013) nos lembra que a escola é feita de memórias vivas, de presenças, de vozes que se encontram e se desencontram. Nesse sentido, o coletivo docente não é apenas uma instância organizativa, mas um campo formativo, no qual se constroem identidades, alianças e projetos.

Ao relatar sua experiência, uma educadora afirmou: “a gente aprende a ser professora com as outras. Se não tem coletivo, a gente se perde”⁶. Essa frase sintetiza a importância da partilha para a constituição do pertencimento profissional. O coletivo funciona como lugar de acolhimento e de elaboração das dificuldades do cotidiano, mas também como espaço de resistência frente às imposições das políticas educacionais de caráter tecnocrático.

O fortalecimento dos coletivos docentes está diretamente ligado à possibilidade de construir um PPP que reflita os saberes e as práticas do cotidiano escolar. Quando as decisões pedagógicas são tomadas em grupo, há maior comprometimento e corresponsabilidade. Como destacou outra professora: “quando decidimos juntas, a gente se sente mais segura e mais responsável pelo que vai acontecer”⁷.

Esse movimento de corresponsabilidade é fundamental para consolidar o PPP como expressão da cultura escolar. Segundo Veiga (1996), o projeto pedagógico precisa emergir das práticas sociais dos sujeitos escolares, sendo um meio de articulação entre o

⁵ Entrevistas de pesquisas concedidas em 22 de agosto, 29 de agosto e 27 de setembro de 2022, nas cidades de Florianópolis, Palhoça e São José.

⁶ Entrevistas de pesquisas concedidas em 22 de agosto, 29 de agosto e 27 de setembro de 2022, nas cidades de Florianópolis, Palhoça e São José.

⁷ Entrevistas de pesquisas concedidas em 22 de agosto, 29 de agosto e 27 de setembro de 2022, nas cidades de Florianópolis, Palhoça e São José.

vivido e o instituído. Isso só é possível quando há espaços de diálogo e construção coletiva, sustentados por uma cultura de participação e reconhecimento mútuo.

Por fim, compreender a cultura escolar como território de coletivos implica valorizar os tempos e espaços de encontro entre os sujeitos da escola. Trata-se de afirmar a potência dos cotidianos docentes, não como rotina esvaziada, mas como espaço de produção de conhecimento e de reinvenção do fazer pedagógico (Bazzo, 2023). Nessa perspectiva, os coletivos docentes tornam-se o chão onde se planta a esperança de uma escola mais democrática, plural e enraizada na realidade social de seus sujeitos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, refletimos sobre os vínculos entre pertencimento, identidade docente e Projeto Político Pedagógico, com base na pesquisa-formação realizada em escolas públicas catarinenses. Os resultados indicam que a identidade docente é uma construção coletiva e processual, atravessada por experiências afetivas, políticas e pedagógicas que se entrelaçam no cotidiano escolar. As professoras participantes da pesquisa expressaram que se sentem parte da escola quando têm oportunidade de participar ativamente da vida institucional e, especialmente, da elaboração do PPP.

O PPP, por sua vez, emerge como um artefato pedagógico e político, que pode tanto promover a implicação das docentes com o projeto de escola, quanto afastá-las, dependendo da forma como é construído. Quando elaborado de maneira impositiva, desconsiderando as experiências e os saberes das educadoras, tende a ser percebido como documento burocrático. Já quando elaborado coletivamente, torna-se espaço de escuta, reconhecimento e fortalecimento da cultura escolar.

A pesquisa evidenciou que o pertencimento à escola está diretamente ligado à vivência de espaços coletivos, como conselhos de classe, formações, assembleias e reuniões pedagógicas, nos quais se constrói o senso de comunidade e se consolidam alianças formativas. As análises apontam que esses espaços se constituem como territórios de escuta, diálogo e mobilização, fundamentais para a construção da identidade docente. Nesse contexto, a cultura escolar, compreendida como o tecido

simbólico e político que sustenta as práticas cotidianas, emerge como dimensão estratégica na articulação entre pertencimento e atuação docente. Assim, tais espaços funcionam também como territórios de produção de identidade e como dispositivos de resistência frente às políticas de controle e padronização da prática docente.

Ao analisarmos as falas das educadoras, observamos que a escuta, o acolhimento e a possibilidade de participação são condições fundamentais para que o PPP seja, de fato, instrumento de transformação. A ausência de diálogo enfraquece os vínculos e reforça a fragmentação institucional. Por outro lado, a construção compartilhada do projeto pedagógico possibilita a construção de sentidos comuns, fortalece o sentimento de pertencimento e reafirma o papel social da escola pública.

Retomar os ensinamentos de Freire, Arroyo, Ilma Passos e Roberto Sidnei nos permite afirmar que o PPP é lugar de travessia e de invenção coletiva. Não se trata apenas de planejar o fazer pedagógico, mas de afirmar uma concepção de escola enraizada na democracia, na justiça social e na valorização dos sujeitos escolares. A identidade docente, nesse contexto, é forjada na contradição, na escuta e no compromisso ético-político com uma educação emancipadora.

A pesquisa também aponta para a urgência de repensar os processos formativos, tanto iniciais quanto continuados, de modo a fomentar a compreensão crítica do PPP e a valorização das trajetórias docentes. É preciso romper com a lógica tecnicista que reduz o planejamento pedagógico a uma formalidade e afirmar o direito de educadoras e educadores de participarem ativamente da construção dos projetos escolares.

A abordagem metodológica da pesquisa-formação, ao privilegiar a observação ativa, escuta sensível e a partilha das experiências docentes, mostrou-se uma potente agenciadora na construção de sentidos partilhados, na valorização dos saberes docentes e na busca pela articulação entre os conhecimentos científicos, filosóficos e políticos a estas produções advindas do cotidiano escolar. Assim, este estudo contribui para o campo da formação de professores ao destacar a centralidade da participação docente na construção de projetos políticos pedagógicos vivos, democráticos e participativos.

Em um contexto de crescentes ameaças à escola pública e à autonomia pedagógica, afirmar o pertencimento e a identidade docente como eixos estruturantes

do projeto educativo é também um gesto ético e político de resistência e de reinvenção do fazer escolar. Por fim, reafirmamos que a construção de uma escola pública democrática exige o reconhecimento das identidades docentes como parte constitutiva do projeto pedagógico. O PPP, quando vivenciado como prática dialógica e emancipatória, torna-se espaço de reinvenção da escola e das próprias educadoras. É nessa travessia cotidiana, feita de encontros com conhecimentos, escutas e afetos, como também conflitos e disputas, que se constrói a potência transformadora do trabalho docente e da educação pública como direito social.

Referências

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAZZO, Jilvania Lima dos Santos. Por uma poética decolonial no ensino superior: contribuições da didática na formação de professores(as). **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 21, p. 115-130, 2019.

BAZZO, Jilvania Lima dos Santos. Das tendências pedagógicas à didática na cibercultura: ou formação docente, currículo e ensino on-line em debate. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, [s.l.] v. 9, n. 1, p. 1-15, 2022.

BAZZO, Jilvania Lima dos Santos. **Didática e pedagogia do amor-de-si: ou dos fundamentos para uma educação do sentimento de preservação e benevolência**. Curitiba: Appris, 2023.

CANDAU, Vera Maria. **Cultura, diferença e educação: reflexões sobre a prática docente**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo e pesquisa-formação: invenções no cotidiano da escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2020.

MACEDO, Roberto Sidnei; SILVA, Silvani dos Santos; SILVA, Valéria Augusta. **Projeto político-pedagógico**: um dispositivo espiralado de criação, mobilização e resistência. Campinas: Papirus, 2023.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo**: um novo olhar sobre a formação e a prática docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Rosimeri Jorge da. **Docência e projeto político-pedagógico no contexto da educação básica**: percepções e processos dialógicos na construção das funções sociais da escola. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

Recebido em: 08/05/2025

Aprovado em: 29/08/2025

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 27 - Número 63 - Ano 2026
revistalinhas.faed@udesc.br